

ATA DE REUNIÃO

OBJETIVO	Reunião do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais
DATA	01 de junho de 2026
LOCAL	Online, via Google Meet
COORDENAÇÃO	CODIN/SEGEST

PRESENTES

Roberto Masami Nakajo , Juiz Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, Coordenador do Comitê
Karoline da Cunha Vieira , Representante da Diretoria-Geral
Ana Luísa Vasel , Secretária Geral da Presidência
Ricardo Ganzo Wickert Caldas , Assessor da Ouvidoria
Frederico Aguiar dos Santos , Secretário da Corregedoria Regional
Nílvio Gomes Bach , Representante da Assessoria Jurídica da Presidência
Anderson Bastos , Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados
Camila Sartori Abreu , Diretora da Secretaria de Comunicação Social
Fábio Rebelo , Coordenador da CODIN
Gustavo Bestetti Ibarra - Diretor da SEGEST
Patricia Michels Sandrini , Chefe da Seção de Apoio à Governança e LGPD

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Fernanda Gomes Ferreira , Diretora-Geral da Secretaria

 **ROBERTO MASAMI NAKAJO**
02/06/2026 15:38

 **KAROLINE DA CUNHA VIEIRA**
02/06/2026 15:52

 **FREDERICO AGUIAR DOS SANTOS**
02/06/2026 16:03

 **ANA LUÍSA VASEL**
02/06/2026 16:04

 **FABIO ZAPELINI REBELO**
02/06/2026 16:13

 **CAMILA SARTORI VELLOSO ABREU**
02/06/2026 16:49

 **RICARDO GANZO WEICKERT CALDAS**
02/06/2026 16:54

 **NILVIO GOMES BACH**
02/06/2026 17:01

 **GUSTAVO BESTETTI IBARRA**
03/06/2026 13:28

 **ANDERSON BASTOS**
03/06/2026 16:03

 **PATRICIA MICHELS SANDRINI**
08/06/2026 12:15



ASSUNTOS TRATADOS:

- Ciclo de Monitoramento 2026 da Resolução CNJ 363/2021 - prazo para envio;
- Capacitações em LGPD;
- Evidências para envio ao CNJ do Ciclo de Monitoramento;
- Programa de conscientização sobre a LGPD;
- Plano de Ação;
- Melhorias na página de LGPD;
- Mapeamento de dados.

Abertura

A reunião foi aberta pelo Coordenador do Comitê, Dr. Roberto Masami Nakajo, que deu as boas-vindas a todos os membros presentes. Dr. Nakajo informou que a pauta principal da reunião era tratar do Ciclo de Monitoramento do CNJ, com foco na validação das evidências a serem enviadas ao órgão. Em seguida, passou a palavra à servidora Patricia, da Seção de Apoio à Governança e LGPD, para condução dos demais tópicos da pauta.

1. Ciclo de Monitoramento 2026 da Resolução CNJ 363/2021

Patricia apresentou o contexto do Ciclo de Monitoramento 2026. Foi esclarecido que o TRT-SC não encaminhou as evidências no prazo preliminar em razão de um problema com o sistema PJeCNJ, que registrou automaticamente a ciência da intimação em 16-04-2026. Contudo, o processo somente foi encaminhado à Seção de Apoio à Governança e LGPD em 08-05-2026. Em razão disso, o Tribunal realizará o envio das evidências durante o período de ajustes, compreendido entre 25/05/2026 e 14/06/2026.

As evidências foram apresentadas e debatidas pelos membros do Comitê. Patricia destacou a criação de um novo assunto no sistema PROAD, denominado "LGPD: Demandas Gerais", para uso do público interno do Tribunal, com a finalidade de recepcionar consultas, comunicações de possíveis incidentes envolvendo o tratamento de dados pessoais e demais demandas correlatas.

Anderson apresentou as evidências relacionadas à Segurança da Informação, informando que as portarias da área são revisadas anualmente e que a seção referente à proteção de dados pessoais será aprimorada.

Por fim, foi sugerida a revisão e a publicação do Plano de Ação no portal do Tribunal, conferindo maior transparência ao processo de adequação à LGPD.

2. Capacitações em LGPD

Na sequência, foram apresentadas sugestões de cursos disponíveis nas plataformas ENAP e EDUCERE que poderão ser realizados pelos membros do CGPD.

Patricia destacou a importância de que todos os membros do Comitê realizem os cursos, uma vez que a capacitação dos integrantes do CGPD constitui um dos critérios de avaliação de maturidade considerados nos ciclos de monitoramento do CNJ. Ressaltou, ainda, que os Conselhos Superiores vêm intensificando as cobranças de adequação à Lei. Comprometeu-se a enviar por e-mail os links de acesso aos cursos para que os membros possam realizar suas inscrições.



3. Programa de conscientização sobre a LGPD;

Foi comunicado ao Comitê que foi criado o PROAD n. 7382/2026, encaminhado à SEGEP em 01-06-2026, solicitando formalmente a criação de um Programa de Conscientização em LGPD.

O programa é voltado ao público interno do Tribunal, alcançando magistrados, servidores, trabalhadores terceirizados e estagiários conforme determina o art. 1º, inciso IX, da Resolução CNJ n. 363/2021.

4. Plano de Ação;

Patricia apresentou o plano de ação elaborado em 2021 e propôs sua atualização e publicação no portal do Tribunal.

Foi sugerida a criação de uma nova aba na página de LGPD denominada "Adequação à LGPD", contendo o plano de ação, as medidas já implementadas e as que ainda estão em andamento, com atualização periódica, conferindo maior transparência ao processo de adequação. O Comitê Gestor aprovou a proposta de divulgação do plano de ação no site.

Ficou combinado o envio dos textos e links pertinentes à Diretora da Secretaria de Comunicação Social, Camila, para revisão dos textos e indicação de possíveis adequações.

5. Auditoria TCU - Acórdão 190/2026

O Comitê foi informado acerca do Acórdão n. 190/2026, por meio do qual o TCU prorrogou por 90 dias o prazo para cumprimento da determinação de elaborar e implementar modelo de comunicação à ANPD e aos titulares de dados da ocorrência de incidentes de segurança que possam acarretar risco ou dano relevante.

Foram detalhadas duas pendências registradas no sistema ConectaTCU:

- **Determinação** – criação de modelo de comunicação de incidentes à ANPD e aos titulares de dados (prazo de 180 dias para cumprimento)
- **Recomendação** – aprimoramento da conformidade do tratamento dos dados pessoais coletados e realização de avaliação de impacto à privacidade/RIPD (sem prazo definido)

Foi informado que a SEGTIC elaborou a Portaria SEAP n. 73/2026, publicada em 11-05-2026, que instituiu o Protocolo Unificado de Prevenção e Gestão de Incidentes Cibernéticos e de Proteção de Dados Pessoais, e que foi encaminhado Ofício ao TCU informando o cumprimento da referida determinação.

5. Mapeamento de Dados

Por fim, foi apresentado o estado atual do mapeamento de dados pessoais no TRT-SC. Foi informado ao Comitê sobre o novo formato de mapeamento adotado com a Coordenadoria de Licitações e Compras (CLC), no qual foi encaminhado e-mail contendo vídeo explicativo sobre a LGPD e dois manuais: um sobre a Lei e outro sobre o preenchimento da planilha de mapeamento.

A próxima etapa consiste na validação das informações preenchidas pela CLC e da efetividade do novo formato. Após essa validação, a proposta é expandir o mapeamento simultaneamente para as demais coordenadorias da SECAD.



Foi sugerida, ainda, a criação de uma aba específica no portal do TRT-SC destinada ao mapeamento de dados, com a publicação progressiva do inventário de dados à medida que o mapeamento avance nas diversas áreas do Tribunal, demonstrando o compromisso institucional com a transparência e o acesso à informação. A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor.

Deliberações e Encaminhamentos:
Patricia enviará as evidências do Ciclo de Monitoramento 2026 à SEGEP para inclusão no Sistema Integra durante o período de ajustes
Patricia enviará os links dos cursos de capacitação em LGPD por e-mail aos membros do CGPD
Os membros do Comitê Gestor realizarão os cursos de capacitação em LGPD
Patricia encaminhará os textos e links das novas abas na página de LGPD para a SECOM realizar a revisão e adequação às normas de acessibilidade

Em anexo, segue a apresentação de slides da reunião.

FECHAMENTO DA ATA

Em 1º de junho de 2026.

RESPONSÁVEL	CONTATO
Patricia Michels Sandrini	R: 4178

